

SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

“OS BANIDOS DO ÉDEN TEM SEU LUGAR NA CIDADE?” IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO URBANA NO COTIDIANO DO CORPO NEGRO EM SALVADOR (1940)¹

DAIANE SANTANA SANTOS²

Resumo: A cidade do Salvador na década de 1940 respirava ares conflitantes política e socialmente, carregados por ideais, preceitos sanitaristas e higienistas, utilizados por gestores municipais e estaduais que procuravam se colocar economicamente no cenário nacional. De tal modo, percebemos a legislação urbana nesse período como uma ferramenta estratégica, guiada por um urbanismo progressista, presente na intelectualidade baiana e nos seus discursos durante I Semana de Urbanismo de 1935, na qual foi predominante a proposta para construir um plano conjunto municipal, entendendo-o como a possibilidade de se obter e manter, sistematicamente, uma cidade estética, com higiene e conforto. Assim, procuramos compreender as implicações das intervenções e ações do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (1943-1947) na vida cotidiana, práticas e costumes do corpo negro em Salvador. Perante os quais buscamos entender como as estratégias presentes no plano da cidade, permeadas por idealizações da elite soteropolitana, afetaram os populares. De modo que é importante nos perguntarmos a quem se destinavam estas noções de conforto e salubridade.

Palavras - chave: legislação urbana; intervenções; civilidade;

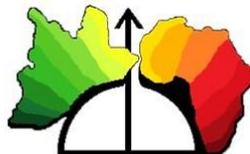
O estudo das cidades

As rupturas provocadas pela revolução industrial, a forma como as relações sociais passaram a interagir com os espaços urbanos trouxe à tona uma nova problemática do que seria o urbano. Nesse sentido, o discurso do urbanismo, sua definição como ciência emerge no século XIX voltado para construção de modelos, práticas e técnicas específicas, tendo a cidade como objeto.

Para a filósofa Françoise Choay, pioneira na crítica das concepções modernas e teóricas no que se refere à relação da arquitetura, urbanismo e história, existem dois modelos de planejamento fortemente presentes nas percepções de cidade. Um dos modelos citados é o *progressista* definido pela autora como “legado pelos

¹ É importante ressaltar que esta é uma pesquisa inicial, objeto a ser desenvolvido na dissertação e devido à complexidade do plano ainda não consigo apresentar alguns dados. A ideia de “banidos do Éden” é uma provocação realizada por Richard Sennett em sua obra *Carne e Pedra*.

² Graduada em Licenciatura Plena em História, UNEB - Campus IV. Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande- PB- UFCG. E-mail: dsantana.st@gmail.com.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

socialistas utopistas” que “supõe a imagem de um homem-tipo que exprime a universalidade da razão, a fé no progresso e um sentimento agudo de modernidade. Seus valores práticos são a higiene e a produtividade”².

Desde modo, o cenário das cidades durante o século XX é marcado por ideais progressistas, pensando o espaço urbano como um organismo evolutivo, no qual uma geração de intelectuais acreditava que concomitante aos “melhoramentos” urbanos poderia se concretizar a ambição de projetar “uma nova sociedade se não um „homem novo””. O discurso do modernismo progressista pretendia ignorar as mazelas e os conflitos sociais se apoiando na substituição do “velho” pelo “novo”.

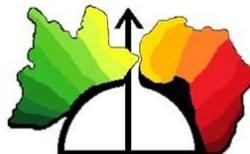
Os projetos guiados em sua maioria por médicos, sanitaristas e engenheiros atribuem-lhe “a função de organizar aquilo que parece uma desordem”, criando uma nova ordem urbana. Na busca por uma modernização, para adaptar-se aos preceitos de civilidade, os modelos europeus tornaram-se “referência e fonte de inspiração que se manifesta de diversas maneiras”³ na prática urbanística presente nas capitais brasileiras.

Assim, a historiografia brasileira sobre cidades toma como ponto de reflexão e compressão tanto os aspectos sociais como os culturais, bem como estudos, análises e debates em áreas diversas: economia, sociologia, antropologia, geografia, filosofia, história, ou seja, os saberes sobre a cidade vêm contribuindo cada vez mais para o conhecimento das diferentes nuances da vida urbana. Françoise Choay apresenta a definição de urbanismo como a “ciência e teoria da localização humana”, e será mediante esta perspectiva que os argumentos deste texto serão desenvolvidos.

As reformas urbanas empreendidas na virada do século XIX para XX foram analisadas sob diversas perspectivas, olhares como os de Margareth Rago, Sidney Chalhoub,

² CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: *Imagens da cidade: séculos XIX e XX / organização, Stella Bresciani*. São Paulo, SP: ANPUH/São Paulo: 1993, p.14.

³ PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* / Eloísa Petti Pinheiro. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 2011, p.16.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Nicolau Sevcenko, Sandra Jatahy Pesavento, preocupados com a condição de vida da classe trabalhadora, com a habitação, com os “pobres” e marginalizados, os desencantos da cidade que vivenciavam as consequências do mal-estar decorrente dos impactos do mundo moderno. Assim, vagabundos, prostitutas, vadios, desocupados, meliantes, ébrios, sujeitos tidos como “sujos, feios e malvados” passam a figurar na rede discursiva da historiografia urbana.

Estes autores apresentaram os sujeitos à margem do ambiente urbano, seus usos do espaço, quebrando estereótipos, silenciamentos mediante a moralização e disciplinarização das práticas destes sujeitos ordinários. Entretanto, ainda permanecem lacunas⁴ quanto ao papel das políticas urbanísticas, as leis e intervenções urbanas que ocorreram ao longo do século XX, no agravamento da segregação socioespacial mediada por preconceitos raciais e sociais.

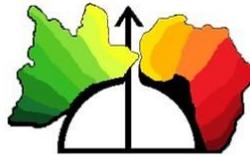
No que diz respeito à cidade do Salvador no âmbito historiográfico, pesquisas foram desenvolvidas, buscando adentrar no cotidiano. Dentre as quais, localizamos os historiadores do urbanismo Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes⁵, que elaboraram um panorama dos “surtos” de modernização, debatendo sobre as idealizações e as tramas que envolvem a sua construção e novas configurações. Sinalizavam as intenções do projeto higienizador ao manter ações simultâneas em três planos: o espaço público, o espaço privado e o modo de vida.

Já Eloísa Pinheiro⁶ identificou assim como Ana Fernandes e Marco Aurélio o surgimento de um novo sistema de exclusões, a presença da cidade como espetáculo, a preocupação com a cena e em “eliminar tudo que faz mal aos olhos”. Salubridade,

⁴ Deixando claro que esse não era o propósito dos autores citados.

⁵ FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. (Org.) *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: MAU/FAUFBA; ANPUR, 1992, p. 53-68.

⁶ Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1992, a qual se coloca entre os principais trabalhos sobre a história urbana de Salvador na Primeira República, pesquisa que teve continuidade na sua tese de doutoramento *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* defendida em 1998.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

fluidez e estética eram elementos que segundo os autores justificavam o desenrolar de “uma nova forma de pensar e intervir na área urbana”, promovendo intervenções em prol das estratégias urbanísticas realizadas.

Dentre os historiadores, temos pesquisas desenvolvidas por Walter Fraga Filho⁷, Rinaldo Leite⁸ e Alberto Hieráclito Ferreira Filho⁹ que mesmo retratando a cidade em períodos diferentes conseguem visualizar e apresentar os sujeitos ditos como “incompatíveis” com a sociedade “civilizada”. Os olhares desses autores apontam para os conflitos entre os projetos almejados e as cenas de anti-civilidade diante das atitudes e comportamentos dos denominados “vadios, vagabundos e ociosos”. Estas pesquisas identificam projeções civilizadoras, as quais se direcionavam:

Aos sombrios e decadentes casarões, às ruas estreitas e insalubres, à ameaça de epidemias e endemias, acrescentava-se a predominante tez escura da população, os costumes africanizados, largamente difundidos, a licenciosidade das mulheres pobres, a omissão dos homens frente à criação dos filhos. Higienizar o espaço público era tarefa que exigia novos padrões de sociabilidade, com vistas a uma reorganização radical da família, do trabalho e dos costumes¹⁰.

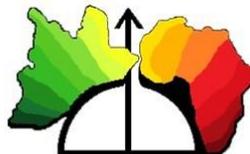
Nesse sentido, observamos que os projetos e as intervenções foram mediadas por uma legislação urbanística marcada de tensões, violências e conflitos, agravando a segregação, criminalização, as mazelas da população pobre, marginalizada e em sua maioria negra. As políticas higienistas e sanitaristas das reformas seabristas (1912-1916), assim como nas gestões de Durval Neves da Rocha (1938-1942) e Elísio Lisboa (1942-1945) tinham na mira dos seus combates os costumes africanizados.

⁷ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, março de 1994, (Dissertação de Mestrado).

⁸ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador, 1912-1916. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. (Dissertação de Mestrado)

⁹ FERREIRA FILHO, Alberto Hieráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994. (dissertação de mestrado).

¹⁰ Ibid., p.13.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Assim, para compreender as implicações das intervenções e ações promovidas na vida cotidiana, nas práticas e nos costumes do corpo negro em Salvador na década de 1940 recorreremos às pesquisas da urbanista Raquel Rolnik, que ao analisar a legislação urbana em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX, percebeu as imbricações desse conjunto de artifícios “legais” na hierarquização e segregação dos espaços, afetando diretamente a população negra, pobre e imigrante.

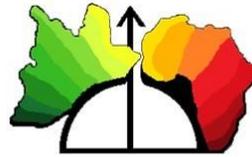
Conforto e salubridade para quem?

Permeada de autoritarismo e intenso jogo político, almejando o controle social das camadas populares, Salvador na década de 1940 foi palco de múltiplos interesses, inclusive o de institucionalizar o projeto de modernidade fortalecido pela ditadura varguista. Dentre os mecanismos de implantação podemos citar: o discurso de urbanistas, engenheiros e gestores e as leis estaduais e municipais que tratavam a urbanização como antídoto para os problemas da cidade.

É importante pontuar que o processo de modernização soteropolitano não se restringiu às reformas ocorridas no século XX. De acordo com Pinheiro, este começou a se desenvolver ao longo do século XIX, em que já era perceptivo no discurso da burguesia comercial a “necessidade de novas intervenções e de novos projetos para se obter a modernização e mudar a estrutura colonial-escravista por uma estrutura moderna”¹¹, para assim, embelezar a capital.

Seguindo este pressuposto a autora identificou como os propósitos das intervenções foram incorporando ações e justificativas diversas para conseguir concretizar a idealização de uma cidade moderna e um povo “civilizado”. O centro soteropolitano,

¹¹ PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* / Eloísa Petti Pinheiro. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 2011p.207.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

por exemplo, foi foco das reformas de José Joaquim Seabra¹² (1912-1916) que promoveu demolições em massa de sobrados e casarões habitados por libertos pobres. O intuito de J.J Seabra era embelezar o centro com grandes avenidas, uma preocupação com a cenografia.

Utilizando como justificativa a falta de higiene e as condições das habitações no centro da cidade, J. J. Seabra expulsou os moradores, os quais se dispersaram por toda a cidade. De forma que, Santos (1993)¹³ ao analisar a situação da habitação em Salvador entre 1890 e 1940, e investigando os contratos de aluguéis percebeu que as relações proprietário e inquilino eram bem conflitantes, pois a relação oferta/procura era fortemente influenciada pelos surtos de urbanização predatória e a concentração dos imóveis em poucas mãos.

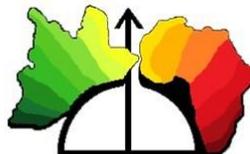
Assim, o alvo das demolições promovidas no período seabrista foram as áreas centrais, inclusive o distrito da Sé, no qual “predominavam os moradores de baixa renda, usuários de alguns dos piores exemplares da moradia em Salvador”. Nesse sentido, estes inquilinos, homens e mulheres, em sua maioria “ex-escravizados” necessitavam de uma busca diária por possibilidades de sobrevivência diante das novas formas de viver na 1ª República. E afetados com os sucessivos aumentos dos aluguéis, temiam as reformas urbanas, pois estas “ao invés de beneficiá-los, poderiam resultar no agravamento das suas agruras de moradia”¹⁴.

Havia um grande distanciamento entre as idealizações para o espaço urbano e as maneiras como os habitantes viviam e pensavam a cidade. No discurso da intelectualidade baiana o aspecto de defasagem, atraso perante outras capitais era insustentável para aquela que já tinha sido “a primeira capital”. Deste modo, organizouse em 1935 a I Semana de Urbanismo no intuito de suprir as preocupações

¹² Seabra já havia participado de uma obra regeneradora no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), pois foi seu Ministro do Interior, quando deu suporte à ação de Oswaldo Cruz e Pereira Passos no processo de higienização da cidade do Rio de Janeiro.

¹³ SANTOS, Mário Augusto da Silva. A habitação em Salvador: fatos e mitos In: *Imagens da cidade: séculos XIX e XX* / organização, Stella Bresciani. São Paulo, SP: ANPUH/São Paulo: 1993.

¹⁴ *Ibid.*, p. 110.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

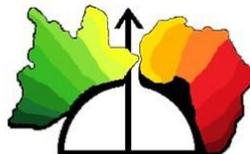
e o incômodo com a perda do prestígio no cenário político e econômico, realizando conferências para pressionar as autoridades a fazer o tão sonhado plano da cidade.

Com público restrito, a Semana foi organizada pela Comissão do Plano da Cidade constituída por membros do poder público municipal e estadual, em sua maioria formada por engenheiros, e entidades como a Associação Comercial da Bahia, Companhia Elétrica da Bahia, a Associação Baiana de Imprensa, a Associação dos Engenheiros e o Rotary Club. Estes tinham como missão tornar a cidade sadia, bela, confortável, econômica.

A rede discursiva presente nas conferências foi marcada pela tentativa de convencimento da implantação do plano da cidade. Sem ele, o funcionamento desta se tornaria insustentável. Nas temáticas, nas falas das palestras, acentuava-se o mal-estar e a pretensão de resgatar um orgulho perdido. Com frases como: “urbanizar é civilizar”, “A cidade de uma só rua”, “urbanista como médico das cidades”, os conferencistas apontaram para a falência das funções da cidade, apontando a segurança pública, circulação e fluidez do tráfego, zoneamento, como necessários para obter a “cidade certa”.

É necessário pontuar a predominância de um discurso eugênico¹⁵, o ideário de profilaxia das habitações insalubres e, conseqüentemente, uma pedagogia social da massa populacional pobre. Mesmo diante de toda essa estratégia para obter o plano diretor geral, realizado apenas sete anos depois, as determinações da semana tornaram-na um instrumento discursivo materializado na concepção de organização aplicada à cidade e à vida dos habitantes.

¹⁵ Durante a 1ª República no Brasil os discursos de civilidade propagada por uma elite intelectual (médicos, engenheiros, jornalistas) estavam atrelados à eugenia, ou seja, a busca de um super-homem através do “melhoramento da raça” por uma higiene social como a solução. Ver: DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

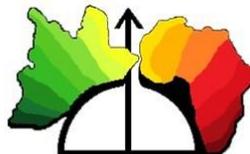
Assim, as queixas, as reclamações da imprensa, prefeitos e interventores continuavam a estampar as capas dos jornais, em uma ira incessante por “transformação”. Carregadores, lavadeiras, ambulantes e vendedores populares em seus mocambos, simbolizavam o atraso, as chagas do passado colonial, de modo que, “a República e a criação do Estado burguês no Brasil era também uma tentativa de medicalização da cidade e da sua desafricanização”¹⁶.

As gestões dos prefeitos engenheiros Durval Neves da Rocha (1938-1942) e Elísio Carvalho Lisboa (1942-1945) tiveram funções estratégicas no sonho elitista de “medicalização” e “desafricanização” da cidade, e, com o apoio das políticas nacionais, durante suas gestões promoveram uma guerra à insalubridade representada nas práticas, costumes e moradias da população pobre e negra. As novas Diretorias de Urbanismo, Obras Públicas e Fiscalização ocupavam posição central no programa de modernização da administração dos prefeitos engenheiros.

Nesse sentido, as estratégias de implantar uma civilidade assumiram durante o período dessas duas gestões uma das suas faces mais obscuras. Estes prefeitos, mediante dispositivos diferentes, utilizaram mecanismos da legislação urbana para impor uma “cidade civilizada”. Enquanto um se caracterizou pela ação demolidora, o outro tentou implantar uma política urbana baseada na arrecadação de impostos, ambos acionaram o sistema de fiscalização municipal usando leis, decretos, posturas municipais para reprimir e controlar o cotidiano dos habitantes e do espaço urbano.

As ações efetivadas foram direcionadas para a população marginalizada, não podemos esquecer que a cidade do Salvador, assim como outras capitais brasileiras não procurou inserir a mão-de-obra “ex-escravizada”, pelo contrário, o processo de exclusão incorporou outras formas, pois a “política higienista, corresponde também ao

¹⁶ UZÊDA, Jorge Almeida. O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador (1935- 1945). Universidade Federal da Bahia, 2006. (tese), p. 61.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

modelo até então predominante de desenvolvimento urbano centrado na segregação físico social da população, o que produziria seus efeitos no tecido da cidade”¹⁷.

Nessa perspectiva de perseguição, os habitantes tiveram que procurar formas de sobreviver, morar, trabalhar, recorrendo em sua maioria a cortiços, mocambos, avenidas de aluguéis baratos, morros, casarões abandonados, vales e muitas vezes à rua, para morar. Muitos conseguiram através dos seus ofícios, oferecer serviços: lavadeiras, costureiras, domésticas, alfaiates, carregadores, vendedores ambulantes, quituteiras, entregador de leite, devido que:

O rigoroso controle policial não se limitava às prostitutas da cidade e às zonas do mercado do sexo. A ação policial exercia uma forte vigilância nos segmentos populares da cidade, às chamadas “classes perigosas”. Os trabalhadores sem função fixa eram fichados pela Delegacia de Jogos e Costumes¹⁸.

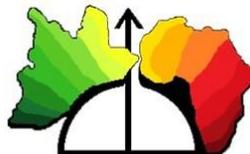
Existia nas determinações “legais” uma pedagogização do trabalho, criminalizando o desemprego. Fraga Filho ao analisar as estratégias de sobrevivência das camadas de libertos do século XIX, já identificava a existência de um controle social perante as práticas de vadiagem, denominação que expressava “a condição de indivíduos „vagabundos”, errantes e a recusa deste em se conduzir de acordo com as normas do trabalho”¹⁹.

Denominados como “ociosos” e “vadios”, estes personagens continuaram subvertendo a “moral pública”, fazendo uso das ruas das mais diversas maneiras, desde o trabalho em portos, feiras, carregando objetos nas ladeiras, a momentos de diversão com batuques, violões, rodas de capoeira, rodas de conversa. A mobilidade destes “mendigos, moleques e vadios”, descritos por Fraga Filho, permanecia fora do domínio familiar e produtivo dos corpos, abalava “a civilização dos costumes”. E as autoridades baianas fizeram o que estava “dentro da jurisdição municipal, ao lado do

¹⁷ Ibid., p.205.

¹⁸ Ibid., p.193.

¹⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. Dissertação de Mestrado, orientação do prof. João José Reis, UFBA: Salvador, 1994, p.89.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Juizado de Menores e da Política dos Costumes, a fiscalização era responsável pela segurança e ordem pública”²⁰.

É diante desse cenário que a implantação do plano diretor geral para a cidade entra em cena, ou seja, o debate, os direcionamentos e as exigências para efetivar uma prática urbanística no território nacional abriu espaço para se estabelecer o plano como justificativa para as ações e intervenções dos prefeitos. De modo que, em 1942, ainda na gestão do prefeito Durval Neves e com o aval do interventor federal Ladolfo Alves ocorreu à contratação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, com direção do eng.º baiano Mário Leite Leal Ferreira.

As atividades começaram a ser elaboradas em 1943, com o objetivo central, segundo as palavras de Mário Leal, de “corrigir os defeitos da cidade, ordenar seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população”²¹. Metodologicamente o processo de planejamento envolvia ações diretas e indiretas de investigação, análise e síntese da realidade urbana para que, através dos inquéritos e relatórios, pudessem propor soluções que seriam executadas, seja como projetos, propostas ou por meio de práticas diretas de intervenções.

O EPCUS tem a sua base pensada numa política multidisciplinar, com análise técnica e científica para que fosse construído um corpo doutrinário, através do qual se mediava às ações promovidas naquele momento presente e futuros na cidade. Segundo Batista (2014) a organização do trabalho era estabelecida por eixos como: investigação, interpretação, composição, realização de projetos e as conclusões para promover restaurações e correções da estrutura da cidade.

²⁰ BATISTA, Felipe Caldas. *Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014, p.127.

²¹ *Ibid.*, p. 151.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Montado o programa de organização das atividades a serem realizadas, se estabeleceu como aconteceria o processo de execução do plano, dividindo-o em seis etapas apresentadas abaixo:

1ª Etapa: preparação das grandes linhas norteadoras dos serviços.

2ª Etapa: inquéritos de todos os gêneros, destacando-se os de Condições Econômicas e os de Saúde da População, Abastecimento, Transporte, Economia, Legislação Vigente, Sociologia, Hidrologia, várias formas de Assistência Social e muitos outros de igual natureza.

3ª Etapa: Ajustamentos dos esquemas e soluções primitivamente indicadas às condições reveladas pelos inquéritos.

4ª Etapa: Revisão geral do trabalho integral, para o fim de ajustamento, compensação e estabelecimento dos laços de interdependências dos diversos problemas e redução do relatório final.

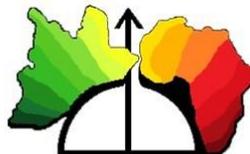
5ª Etapa: Apresentação do trabalho à livre crítica das entidades as mais idôneas, entre nós ou mesmo no estrangeiro, não só para possíveis sugestões como para livrá-lo do cunho individual de orientação única que presidiu a elaboração do plano.

6ª Etapa: preparação do material de impressão da obra de vulgarização bem assim a assistência a este serviço, até final encerramento²².

Nessa descrição do que seria realizado em cada etapa podemos observar o caráter doutrinário e controlador existente no EPUCS. De acordo com o pesquisador Eduardo Costa até a finalização do plano, em 1947, só foram realizadas as três etapas elencadas acima, e, perante estas, podemos analisar as implicações destas ações e intervenções no cotidiano urbano.

A maneira como vivia a população pobre e negra em Salvador se tornou alvo das ações intervencionistas do EPUCS. Primeiramente condenavam-se as suas moradias, a falta de saneamento, a insalubridade das habitações coletivas e depois a

²² COSTA, Eduardo Augusto Galvão. *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPCUS): a modernização da estrutura urbana*. PPGAU- UFBA, 2009, p.132.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

apropriação do espaço urbano por esses corpos negros, lavar roupa nas fontes públicas, vender suas mercadorias nas calçadas, as feiras com produtos expostos no chão, em balaios. De maneira que para além de determinar as formas proibidas e permitidas no espaço, “mas do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como delimitador de fronteiras de poder”²³.

A lei organiza, classifica e segrega. Assim, os técnicos e supervisores do EPUCS adentraram os lares e as vidas das pessoas com seus relatórios e inquéritos para criminalizar os “odores da miséria”. De modo que, Mario Leal, pensando a partir de uma política de bem-estar social relacionado ao conceito de necessidades, promovendo satisfações do viver urbano, “afirmou que os inquéritos a serem realizados em Salvador, entre 1943-47, se debruçariam sobre problemas sociais”²⁴, e, para solucioná-los a cidade deveria estar estruturalmente preparada.

A segunda etapa realizada pelo Escritório, citada acima, inquéritos, relatos de campos produzidos através das “visitas” técnicas ocorridas em 1944, “tais relatórios continham descrições e observações meticulosas das condições de vida dessa gente pobre que residia em pequenos corredores de casas que, quase sempre, desembocavam nos vales da cidade”²⁵. Perante a investigação dos dados, plantas e textos do Escritório realizado pelo pesquisador Batista (2014) podemos observar que as condições de vida desses habitantes iam de encontro à “educação moral e higiênica”.

As narrativas apresentam relatos descrevendo casas deterioradas, em sua maioria sem instalações de água e luz, quando havia banheiro era de uso coletivo, banhos em bacias de flandre ou na própria fonte em que se buscava a água, lixo amontoado, a forte presença de animais. Identificados os “erros” foram promovidas ações para corrigi-los, ou seja, “penetrar no território popular com o objetivo de controlar para

²³ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997, p.13.

²⁴ BATISTA, Felipe Caldas. *Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014, p. 164.

²⁵ *Ibid.*, p. 167.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

poder transformar, o sanitarismo forneceu a política repressiva do Estado os meios legais e institucionais para cumprir tal missão”²⁶.

Rolnik (1997) identificou a forte intenção da legislação urbanística em desmontar as habitações coletivas, esse território negro, como maneira de apagar os traços afro-brasileiros da cidade. De maneira que, a desqualificação e estigmatização desse território foi simultaneamente atacada no âmbito real e imaginário “como em toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados culturais e políticos”²⁷.

Desse modo, o ideal de “conforto” que para o Escritório estava relacionado com a “interação entre o corpo e o ambiente físico circunstante; não se limita somente ao espaço da habitação e da privacidade, mas este relacionado também aos espaços externos, isto é, todo o espaço habitado” ²⁸. Entretanto, o EPUCS ofereceu aos gestores uma justificativa para intervir no destino desta população pobre a ponto de nos questionarmos: bem-estar, conforto para quem?

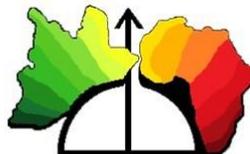
O EPUCS acreditava piamente que “a cidade civilizada viria pelos vales”, áreas onde estavam localizados os mocambos, as avenidas, habitações coletivas, “insalubres”, abrigadas por pobres. Assim, a terceira etapa realizada foram os “Ajustamentos dos esquemas e soluções primitivamente indicadas às condições reveladas pelos inquéritos”, e dentre elas propõe-se as seguintes prerrogativas:

- a) Casa barata e adequada ao poder aquisitivo e educação social dos moradores;
- b) Cooperativas de consumo ligadas ao Centro de Abastecimento dos distritos em que a concentração estiver localizada;

²⁶ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997, p.42.

²⁷ Ibid., p. 66.

²⁸ BATISTA, Felipe Caldas. *Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014, p.158.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

- c) Estradas de vales de percurso fácil para atingir locais de atividade profissional da massa concentrada;
- d) Serviços mecânicos coletivos, como por exemplo, lavadeiras, para a modernização dos métodos de trabalho da população concentrada;
- e) Assistência social completa para a saúde, educação, infortúnio e disposição dos restos mortais, instalada dentro da concentração e coordenada por um serviço central²⁹;

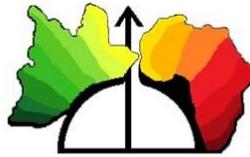
Estes aspectos estavam presentes no capítulo do plano em que existia a proposta da Habitação Proletária para “remediar o pobre em ilhas projetadas” nos vales, afastados do perímetro urbano, com saneamento, parques verdes, corredores de circulação. E para isso, houve a remoção desses habitantes dos vales, com “demolições de casebres e terreiros de candomblé dos fundos e encostas”³¹.

A conjectura era a de que através da formação, as condições do meio habitado e a educação dos corpos, neste caso o corpo negro, poderiam ser “trabalhadores” ideais para a modernização. A Bahia, e especificamente Salvador, passava a ter seus ideais de modernidade/civilidade imbricados no discurso eugenista que permitia uma “melhoria da raça”, pois é a “raça, ou melhor, o cruzamento racial que explicaria a criminalidade, a loucura, a degeneração”³⁰.

Schawrcz, ao debater a questão racial no Brasil, aponta para a função dos cientistas, das instituições, nos papéis das teorias científicas raciais, que serão distintos e “um deles será o de legitimação as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis pelos novos projetos políticos e que viam nelas sinal de „modernidade”, índice de progresso”³³. Nesse sentido, na década de 1940 vamos observar no EPUCS uma

²⁹ COSTA, Eduardo Augusto Galvão. *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPCUS): a modernização da estrutura urbana*. PPGAU- UFBA, 2009, p.140. ³¹ BATISTA, Felipe Caldas. *Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014, p.190.

³⁰ SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.249. ³³ *Ibid.*, 320.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

proposta de pensar a cidade como um conjunto, mas baseado no urbanismo progressista que pregava um desenvolvimento evolutivo, inclusive dos corpos.

Por trás do “novo ideário” estavam as “velhas” posturas municipais, o discurso moralista, higienista, sanitarista que tentaram por meio de diretrizes e dispositivos alcançarem “um novo homem”, com comportamentos compatíveis à modernidade e à modernização. A vida cotidiana, as práticas e costumes do corpo negro, pobre nas ruas da cidade remetia a um passado, não tão distante. De maneira que a legislação urbana será utilizada com artifícios hierarquização e segregação dos espaços.

Em sua maioria os estudos promovidos pelas reformas urbanas e as leis que promovem seu funcionamento, esquecem-se de se perguntar como determinadas ações afetam os pobres e populares? Assim, entendemos que a ideologia estabelecida pelo EPCUS se materializa, pois o plano se apresentou como justificativa para as intervenções cometidas pelos gestores municipais, portanto ele já estava presente nos discursos e práticas do poder exercido sobre a cidade do Salvador.

Referências

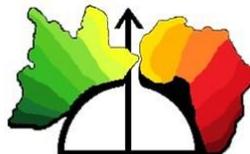
Acervo do EPCUS: contextos, percursos, acesso/Organizado por Ana Fernandes. – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. 210p; il. Acompanha DVD e Quadro.

BATISTA, Felipe Caldas. *Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014.

CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: *Imagens da cidade: séculos XIX e XX* / organização, Stella Bresciani. São Paulo, SP: ANPUH/São Paulo : 1993.

COSTA, Eduardo Augusto Galvão. *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPCUS): a modernização da estrutura urbana*. PPGAU – UFBA, 2009, 261f.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. (Org.) *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: MAU/FAUFBA; ANPUR, 1992.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. UFBA, Salvador, março de 1994, (Dissertação de Mestrado).

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916*. UFBA, Salvador, 1996. (Dissertação de Mestrado)

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. UFBA, Salvador, 1994. (dissertação de mestrado).

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* / Eloísa Petti Pinheiro. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 2011.366 p.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. (coleção cidade aberta)

SANTOS, Mário Augusto da Silva. A habitação em Salvador: fatos e mitos *In: Imagens da cidade: séculos XIX e XX* / organização, Stella Bresciani. São Paulo, SP: ANPUH/São Paulo: 1993.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. *Memória urbana: poética para uma cidade/ Isaias de Carvalho Santos Neto*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. Corpo e Cidade. In: *Carne e pedra* / Richard Sennett; tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

UZÊDA, Jorge Almeida. *O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador (1935-1945)*. Universidade Federal da Bahia, 2006. (tese)